

## **APRESENTAÇÃO**

### **REPENSANDO O IPHAN NOS SEUS 80 ANOS**

FERNANDA FERNANDES

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1986-4466.v13iesp25p5-10>

A intenção desta apresentação é introduzir alguns aspectos da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), por meio do enfoque singular de cada um dos autores que participam do dossiê, identificando temas recorrentes e assinalando a contribuição do instituto para a historiografia da arquitetura no Brasil. Os cinco textos publicados resultam de pesquisas de mestrado, doutorado, ou realizadas por professores no âmbito universitário. Mais do que explicações, ficam indagações sobre o que vem sendo estudado sobre o Iphan nos seus 80 anos.

Com diferentes abordagens, os três primeiros textos tecem uma trama de interesses a partir de um ponto em comum: o anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, escrito em 1936 por Mário de Andrade a pedido do ministro Gustavo Capanema. Foi escolhido pelos autores como ponto inaugural para refletir sobre temas fundamentais que permeiam a trajetória do órgão de preservação, como cultura popular, técnicas construtivas, arquitetura vernacular e arte popular.

Some-se a isso a continuidade temática entre os textos que analisam a atuação de três figuras marcantes nas ações da Instituição em diferentes momentos – Mário de Andrade, Lúcio Costa e Luís Saia. Os dois primeiros

atuam em São Paulo e no Rio, respectivamente, desde a criação do Iphan, e posteriormente Luís Saia trabalha em São Paulo.

Em específico, o texto de Cecília Rodrigues dos Santos – *O patrimônio de Mário de Andrade: tirando o pedregulho da botina para não manquejar* – coloca a tríade folclore, etnografia e arte popular como síntese que permeia o anteprojeto, apresentando um perfil híbrido e abrangente, como fundamento de uma cultura de expressão nacional. Trata-se de uma proposta que se coaduna ao perfil múltiplo de Mário de Andrade como professor do Conservatório de Música de São Paulo, poeta, romancista e cronista que empreende viagens de observação e descoberta do Brasil (1924, Minas Gerais; 1927, Nordeste e Amazônia; 1928-29, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba), produzindo crônicas e fotografias, visitando obras de arquitetura, coletando documentação musical, observando as danças dramáticas, ensaiando estudos sobre religiosidade popular e desvelando costumes, mitos, lendas e canções.

Mas a autora vai além dessas observações ao retomar a discussão de etnografia e folclore que ocorre na Europa do período entreguerras, especialmente na França, buscando compreender as ideias que permeiam a proposta de Mário de Andrade. Nesse âmbito, destaca o 1º Congresso Universal das Artes e das Técnicas, que acontece em Paris em 1937, junto à Exposição Universal das Artes e das Técnicas, com o fim de criar o Museu Nacional de Artes e Tradições Populares e o Museu do Homem. Aqui interessa diretamente a participação no congresso da Sociedade de Etnografia e Folclore do Departamento de Cultura de São Paulo, apresentando trabalho baseado em pesquisas realizadas no departamento sob a orientação de Bruno Rudolfer, Claude Lévi-Strauss e Mário de Andrade. E acrescenta que, no ano anterior, Dina Dreyfus Lévi-Strauss havia ministrado um curso de etnografia no Departamento de Cultura com a intenção de fornecer instrumentos de pesquisa.

Maria Lucia Bressan Pinheiro retoma Mário de Andrade em seu texto *Mário de Andrade e Lúcio Costa no número inaugural da Revista do SPHAN* –, analisando a contribuição de ambos junto ao Iphan e sinalizando o papel da instituição no campo de conhecimento da história da arquitetura brasileira. Vale lembrar que desde sua fundação o Iphan publica a revista, que se propõe a divulgar as atividades e propostas da instituição e a abrir

um espaço de reflexão para as questões afeitas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, além de propagar o conhecimento das obras e monumentos nacionais, que constituem um patrimônio a ser preservado.

A autora detém-se no primeiro número da revista e desenvolve sua reflexão a partir de dois textos ali publicados, o de Mário de Andrade, sobre a capela do Sítio Santo Antônio; e o de Lúcio Costa, *Documentação necessária*, de grande repercussão nos estudos que se seguiram sobre a arquitetura do Brasil colonial, contribuindo para a constituição de uma historiografia sobre arte e arquitetura nesse período. Maria Lúcia remete à participação de Mário e Lúcio na campanha pela valorização da arquitetura colonial brasileira conduzida por Ricardo Severo no contexto do movimento neocolonial. Por meio do cotejamento entre os textos dos três teóricos, estabelece aproximações e divergências entre a posicionamento de Ricardo Severo e as propostas de Mário e Lúcio, elaboradas no interior do modernismo, evitando assim a simplicidade de aceitar uma ruptura entre os dois movimentos.

Ao tratar da atuação de Mário de Andrade no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) como superintendente da regional de São Paulo, a autora utiliza a correspondência entre Mário e Rodrigo Melo Franco de Andrade para revelar o cotidiano dos trabalhos realizados pela instituição e as viagens empreendidas pelos seus técnicos em busca do reconhecimento de um passado paulista. É nessas viagens de final de semana que Mário chega ao Sítio Santo Antônio e sua capela quase em ruínas, tema de seu artigo para a revista. O escritor reconhece o valor histórico do sítio como um significativo agenciamento seiscentista e lança um novo olhar para o patrimônio paulista, valorizando sua simplicidade e a lógica de sua concepção.

A arquitetura menor das pequenas casas com soluções simples definidas a partir das técnicas construtivas é também eleita por Lúcio Costa como objeto de estudo voltado a sua preservação, em seu texto *Documentação necessária*. A autora assinala que o arquiteto recomenda um estudo aprofundado da arquitetura tradicional brasileira, não apenas o das obras excepcionais e sim, em suas palavras, “encarando com simpatia coisas que sempre se desprezaram ou mesmo procuraram encobrir”, demonstrando a intenção de alargar o âmbito de intervenção da instituição no que concerne

ao universo da preservação. Mas, o foco central de sua narrativa é promover a continuidade entre a arquitetura tradicional e a moderna, colocando entre parênteses a arquitetura eclética, vista como um estrangeirismo destituído de brasilidade. Como bem observa a autora, nesses dois artigos publicados na revista do SPHAN já aparecem delineados temas como arquitetura popular, técnicas e saberes construtivos, que constituem um viés inovador dos estudos e pesquisas promovidos pela instituição.

Também partindo de *Documentação necessária*, Francisco de Carvalho Dias de Andrade nos oferece outra leitura do texto no artigo *O chão que continua: a arquitetura vernacular no SPHAN de Lúcio Costa e Luís Saia*, colocando como síntese entre tradição e modernidade a arquitetura vernacular e suas conexões com o estudo das técnicas construtivas tradicionais, analisadas a partir do olhar dos arquitetos modernos. O autor aborda os desenhos de Lúcio Costa que acompanham o artigo, considerados uma síntese da narrativa do arquiteto. Observa neles o aspecto evolucionista e mesológico que parte da casa simples, feita em taipa de mão, e vai até a casa moderna em concreto, que permite a abertura dos vãos, construindo assim a continuidade entre a arquitetura vernacular e o moderno. A dimensão da técnica fica registrada na aproximação entre o barro armado com madeira e o concreto armado. As viagens de Lúcio Costa a Portugal no final dos anos 1940 também são lidas como estudo da arquitetura popular, quando o arquiteto busca os possíveis vínculos entre a produção arquitetônica portuguesa e a brasileira.

O desdobramento dos estudos sobre a arquitetura vernacular no âmbito do SPHAN é explorado por Francisco Dias de Andrade a partir da atuação de Luís Saia como superintendente da regional do órgão em São Paulo. O autor observa que o interesse de Saia pelo tema remonta a sua convivência com Mário de Andrade e à participação, como membro fundador, na Sociedade de Etnografia e Folclore, ligada ao Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Destaca a importância conferida por Luís Saia às técnicas construtivas em seus estudos e pesquisas e aborda a ação do arquiteto na instituição em seu duplo aspecto, como restaurador e historiador. Utiliza como fonte documental as cadernetas de campo de Luís Saia, onde o arquiteto registra, por meio de desenhos, fotografias e escritos, seus estudos sobre as técnicas construtivas tradicionais, consideradas derivações do conhecimento erudito,

indicando o caráter subordinado que a técnica vernacular ocupava em sua análise. As técnicas construtivas da armadura de telhados, beiras, encaixes da madeira estão presentes nos desenhos de Saia, mostrando a riqueza de detalhes construtivos que muitas vezes funcionavam como soluções para as obras de restauro conduzidas pelo arquiteto.

Não apenas os intelectuais e técnicos ligados ao SPHAN participam dos estudos sobre o Brasil. Também historiadores e críticos internacionais contribuíram com relevantes trabalhos sobre arte e arquitetura no Brasil, como o historiador americano Robert Chester Smith, estudioso da arquitetura portuguesa, que esteve no Brasil em várias ocasiões e manteve vínculos de colaboração com a instituição, publicando diversos artigos em sua revista sobre a arquitetura barroca no Brasil. Além de Smith, também o pesquisador inglês John Bury manteve contínua interlocução com o Iphan em seus consistentes estudos sobre arquitetura e arte no Brasil Colônia. É nesse contexto que se insere o artigo de Maria Sabina Uribarren – *Germain Bazin e o Iphan: das redes de relações aos projetos editoriais sobre o barroco brasileiro*. O artigo trata do historiador de arte francês Germain Bazin e suas relações com o Brasil durante o período em que realiza pesquisas para seus livros *L'architecture religieuse aux Brésil*, publicado em 1956, e *Aleijadinho et la sculpture baroque au Brésil*, que traz também fotografias de Marcel Gautherot, francês que prestava serviços ao Iphan.

A autora tem como base de investigação a documentação existente no Arquivo Noronha Santos, do Iphan-RJ, além de ter consultado jornais brasileiros do período, como *O Jornal*, *Diário Carioca* e *A Notícia*. A partir dessas fontes documentais, identifica as redes de contato criadas por Bazin com os membros do Iphan e também com outros intelectuais do ambiente cultural brasileiro. De grande interesse é a reconstituição feita pela autora das quatro viagens realizadas por Bazin no Brasil, entre 1945 e 1949, em busca de informações para seus estudos. Segundo a autora, é na viagem de 1946 que pela primeira vez se tem registro de sua interlocução com o IPHAN, quando foi acompanhado por funcionários do órgão em visita a Minas Gerais. Nas viagens sucessivas, o historiador da arte francês, além de voltar a Minas Gerais, conhece São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e os estados de Pernambuco e Alagoas, locais onde também faz pesquisas nas regionais do Iphan, entrando em contato com os superintendentes regionais

como Luís Saia, Godofredo Filho e Airton Carvalho. O mapeamento de seus deslocamentos pelo país mostra a amplitude geográfica de suas pesquisas sobre o barroco brasileiro e seu papel fundamental na divulgação e validação da tese defendida pelo Iphan sobre o “barroco colonial” como expressão artística do Brasil.

O interesse pelo passado do Iphan tem se voltado recentemente para os diversos fotógrafos que trabalharam junto à instituição desde 1937, quando a fotografia passou a ser utilizada como instrumento de registro dos bens inventariados.

O artigo de Cláudia dos Reis e Cunha, *O patrimônio arquitetônico de Sorocaba visto através do acervo fotográfico do Iphan*, discute justamente as implicações do uso da fotografia como base documental. O objeto de estudo é a cidade de Sorocaba, no interior paulista, analisada a partir de documento pertencente ao arquivo da 9ª Superintendência do Iphan em São Paulo, que se refere a um conjunto de 20 obras inventariadas pela instituição em Sorocaba, na busca por bens a serem preservados. O documento é constituído essencialmente por fotografias das obras, que cobrem um arco temporal de 1937 a 1949. A partir delas é possível traçar um mapa da cidade, definido com base nas escolhas feitas pela instituição, sendo que muitas não mais existem. Desse inventário foi tombada, apenas em 1964, a Real Fábrica de Ferro de Ipanema, primeira iniciativa brasileira na área da siderurgia.

A autora analisa os critérios utilizados para as escolhas e para a razão de os edifícios identificados no relatório nunca terem sido tombados. Observa que todos eles pertencem ao século XVIII e são construídos em taipa de pilão, de acordo com a política então conduzida pelo Iphan de dar prioridade às obras do período colonial. Cotejando a documentação fotográfica com os escritos de Luís Saia, então superintendente da regional de São Paulo, verifica-se que é intenção do arquiteto estabelecer um modelo que fosse válido para a situação paulista, no caso ligada ao passado bandeirante, não deixando espaço para as especificidades de cada sítio visitado. As fotografias que compõem o inventário acompanham o texto e são de autoria de Herman Hugo Graeser, então contratado pelo Iphan. Além de registrarem as obras, elas também documentam a política de preservação conduzida pela instituição.

Espera-se que os textos publicados no dossiê possam contribuir para uma abordagem crítica das oito décadas de atuação do Iphan no Brasil.